

UMA ANÁLISE DO ARGUMENTO DO CONHECIMENTO DE JACKSON

AN ANALYSIS OF JACKSON'S KNOWLEDGE ARGUMENT

Daniel Borgoni¹

Resumo: O Argumento do Conhecimento de Frank Jackson é um dos mais influentes argumentos contra o fisicalismo. Jackson defende que nenhuma informação física captura os aspectos subjetivos da experiência, os *qualia*. Os objetivos deste artigo são expor o argumento do conhecimento e analisá-lo submetendo-o a três críticas. A primeira é a crítica desenvolvida por Dennett que nega que Mary aprende alguma coisa quando ela vê o vermelho pela primeira vez. A segunda crítica é a hipótese da habilidade de Lewis, que afirma que quando Mary vê o vermelho pela primeira vez, aprende uma habilidade. E a terceira crítica, baseada nas identidades *a posteriori* do tipo água=H₂O, afirma que o que Mary aprende ao ver o vermelho não corresponde a um novo fato, mas a um novo modo de apresentação de um mesmo fato físico. Concluiremos que estas críticas falham ao responder o que Mary aprende com a experiência, na medida em que não explicam o seu progresso epistêmico.

Palavras-chave: Frank Jackson. Conhecimento. Informação física. Experiência. *Qualia*.

Abstract: Frank Jackson's Knowledge Argument is one of most influential arguments against physicalism. Jackson defends that no physical information captures the subjective aspects of experience, the *qualia*. The aim of this paper is to expose the knowledge argument and analyze it submitting it to three criticisms. The first is the criticism advanced by Dennett that denies that Mary learns anything when she sees red for the first time. The second criticism is Lewis's ability hypothesis, which says that when Mary sees red for the first time, she learns an ability. And the third one, based on *a posteriori* identities like water=H₂O, says that what Mary learns when she sees red does not correspond to a new fact, but to a new way of presentation of the same physical fact. I will conclude that these criticisms fail to respond what Mary learns with the experience, insofar as these criticisms do not explain her epistemic progress.

Keywords: Frank Jackson. Knowledge. Physical information. Experience. *Qualia*.

* * *

1. Introdução

Temos experiência consciente, sabemos disso, mas não sabemos como conciliá-la com uma abordagem materialista² da mente. Embora a maioria dos filósofos que tratam da consciência trabalham sob esta abordagem, outros, tais como William Robinson e David Chalmers, assumem uma posição antimaterialista em relação à mente, especificamente, no que se refere à mente consciente.

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). e-mail: dborgoni@hotmail.com

² Neste artigo não faremos distinção entre materialismo e fisicalismo.

Eles argumentam que alguns estados³ mentais possuem uma dimensão fenomênica que escapa ao fisicalismo, isto é, a tese de que tudo que existe no mundo é físico. Em outras palavras, estes estados mentais parecem possuir propriedades qualitativas intrínsecas, que só podem ser experienciadas em primeira pessoa. Tais propriedades são os *qualia*, também caracterizados como os aspectos subjetivos da experiência.

Também é comum utilizar a expressão “*what it is like*”⁴ quando queremos nos referir à experiência subjetiva de uma pessoa. De forma mais clara, segundo Nagel “fatos sobre a experiência – fatos sobre como é (*what it is like*) para o organismo experienciar – são acessíveis somente de um único ponto de vista (2002, p.222, tradução nossa⁵).” Por exemplo, é plausível afirmar que sabemos como é uma dor sentindo-a e aprendemos como é uma cor, quando a vemos. Segundo Alter, (2007, p. 396) os *qualia* são as propriedades que caracterizam o “*what it is like*”.

Os dualistas da mente contemporâneos, em geral, dualistas de propriedades, em defesa dos *qualia*, e para refutar o materialismo, costumam se basear ou oferecer argumentos que defendem a existência de um hiato entre a nossa mente consciente e a matéria. Um dos mais debatidos e influentes argumentos antimaterialistas foi proposto por Frank Jackson (1982): o argumento do conhecimento.

Cabe observar que, contemporaneamente, encontramos argumentos semelhantes em Broad (1925) e Nagel (1974), porém, a versão que prevaleceu nas discussões acerca dos *qualia* e nas reflexões acerca da consciência fenomênica foi a de Jackson. Segundo Alter (2007, p.397), uma das vantagens do argumento apresentado por Jackson é que ele apresentou de forma mais clara a intuição de que o conhecimento físico não é suficiente para explicar o conhecimento fenomênico.

Posto isso, na próxima parte deste artigo apresentaremos o argumento do conhecimento de Jackson. Uma vez esclarecido a forma como este argumento pretende refutar o materialismo, na parte 3 analisaremos três críticas que incidem sobre ele.

³ Embora esteja aberta a discussão sobre quais os tipos de estados mentais que possuiriam *qualia*, as sensações são consideradas os melhores exemplos, tendo em vista que os *qualia* parecem ser a essência destas.

⁴ Thomas Nagel introduziu esta expressão em seu artigo *What is it like to be a bat?* Publicado originalmente em *Philosophical Review* v.83, p 435-450, 1974.

⁵ Todas as citações deste artigo são traduções nossas.

2. O Argumento do Conhecimento

Frank Jackson apresentou o argumento do conhecimento em seu artigo *Qualia Epifenômicos* (1982). No início deste, Jackson explicita sua intuição de que nenhuma quantidade de informação física, isto é, informações provenientes das ciências biológicas, químicas e físicas, poderiam explicar completamente as sensações. Em outras palavras, tais informações seriam incapazes de capturar informações fenomênicas, ou os *qualia* das sensações. Nesse sentido, o conhecimento físico nunca será capaz de capturar a vermelhidão do vermelho ou o caráter dolorido das dores. Para defender esta intuição e torná-la argumentativamente forte, Jackson propôs seu argumento do conhecimento.

Ele propôs dois experimentos mentais com o objetivo de demonstrar que o fisicalismo é falso. O primeiro deles envolve Fred, um rapaz que é capaz de distinguir entre o vermelho-1 e o vermelho-2 do mesmo modo como distinguimos, por exemplo, o amarelo do vermelho. O segundo experimento envolve Mary, uma neurocientista que sempre viveu num quarto preto e branco. Embora Jackson tenha proposto dois experimentos, o debate acerca do argumento do conhecimento se concentrou em torno do caso de Mary. Desse modo, baseados em Jackson (1982), reconstruiremos abaixo este experimento de pensamento com o objetivo de tornar evidente o problema imposto por este às ambições fisicalistas.

Mary, seja lá por qual motivo, sempre viveu em um quarto preto e branco, onde aprendeu tudo o que sabe por meio de livros em preto e branco e por um monitor que só transmite imagens em preto e branco, enfim, tudo em seu quarto era preto e branco. Devemos supor que na época em que Mary vive foram descobertas todas as informações físicas sobre a visão humana, e que ela as tenha adquirido por meio de seus estudos, se tornando uma especialista em neurofisiologia da visão. Ela sabe, por exemplo, tudo o que há de físico para saber sobre o que acontece com alguém quando vê a cor vermelha de um objeto. Enfim, seu conhecimento físico a respeito da visão humana é completo.

Um dia, Mary é libertada do quarto e vê o vermelho de um tomate maduro pela primeira vez. Jackson afirma que se o fisicalismo for correto, as informações físicas que Mary tem sobre a visão humana lhe permitirão saber como é ver o vermelho antes de sair do quarto. A pergunta crucial feita por Jackson é: embora nunca tenha visto o

vermelho, será que Mary, após sair do quarto, aprenderá mais coisas sobre como o mundo é ao ver o vermelho pela primeira vez?

Segundo Jackson, Mary aprende algo fundamentalmente novo sobre o mundo, isto é, ela aprende como é ver o vermelho. Em outras palavras, ela aprende algo sobre a cor vermelha que somente quem teve a experiência de ver algo vermelho sabe. Mas, se ela sabia todas as informações físicas a respeito da visão humana de cores e, mesmo assim, aprendeu algo novo sobre as cores, o conhecimento que Mary tinha sobre a visão humana era incompleto. Se o conhecimento prévio de Mary era incompleto, existe algo que escapa às informações físicas e, portanto, o fisicalismo é falso.

Podemos formalizar⁶ o argumento do conhecimento do seguinte modo:

- (1) Antes de sair do quarto, Mary sabe todas as informações físicas a respeito da visão humana;
- (2) Antes de sair do quarto, Mary não sabe tudo que há para saber a respeito da visão humana;
- logo,
- (3) Existe conhecimento sobre a visão humana que escapa às informações físicas.

Assim, Jackson defende a existência de um hiato epistêmico entre o domínio mental e o domínio físico que nenhuma informação física pode preencher. Em outras palavras, conhecimento físico não é suficiente para explicar o conhecimento fenomênico, ou conhecimento dos aspectos qualitativos da experiência. A partir deste hiato, Jackson infere um hiato metafísico, isto é, quando Mary sai e vê o vermelho pela primeira vez, aprende um novo fato sobre o mundo que não está implicado por nenhum fato físico. Daí Jackson defender a falsidade do fisicalismo.

3. Críticas e respostas ao experimento mental de Mary

Muitos filósofos têm criticado a conclusão antimaterialista defendida por Jackson em seu argumento. Nesse sentido, propuseram respostas ao que Mary aprende com a experiência. Analisaremos a seguir três delas, a saber: a resposta de Daniel Dennett, que nega que Mary, ao ver o vermelho pela primeira vez, aprende alguma

⁶ Em *What Mary didn't know*, Jackson estende o seu argumento: “(1) Mary (antes de ser libertada) sabe tudo o que há para saber de físico sobre as pessoas. (2) Mary (antes de ser libertada) não sabe tudo que há para saber sobre outras pessoas (porque descobre algo sobre elas quando é libertada). Portanto, (3) Existem verdades sobre outras pessoas (e sobre ela própria) que escapam ao fisicalismo (JACKSON, 1986, p.293).”

coisa além do que já sabia; a resposta proposta por David Lewis, que afirma que o que Mary aprende ao ter a experiência do vermelho é uma habilidade; e a resposta baseada nas identidades *a posteriori* do tipo água=H₂O, que afirma que o que Mary aprende ao ver o vermelho não é um novo fato, mas um novo modo de apresentação de um fato físico. Veremos que as duas primeiras negam o hiato epistêmico e a última nega a existência do hiato metafísico proposto por Jackson. Tratemos inicialmente da crítica de Dennett.

Talvez o maior crítico dos *qualia* seja Dennett. Ele nega que a intuição de Jackson esteja certa, ou seja, que Mary aprende um conhecimento novo sobre o mundo ao ver a cor vermelha pela primeira vez. Dennett (1991) defende que o problema do argumento de Jackson está na premissa (1), tendo em vista que não podemos imaginar o que seria ter todo o conhecimento físico. O argumento do conhecimento seria uma alavanca intuitiva (*intuition pump*) a favor dos *qualia*, na medida em que embala-nos a entender mal suas premissas.

Para desfazer a ilusão criada pelo argumento do conhecimento, que nos faz supor a existência de informações não físicas, Dennett (1991, p.399-400) propõe um fim diferente à história de Mary. Neste final, os seus captores decidem que é hora de Mary ter a sua primeira experiência com outras cores, e pretendem enganá-la mostrando-lhe uma banana pintada de azul. Certos que ela cairia no truque deles, seus captores se surpreendem quando ela vê a banana e percebe a farsa. Então ela explica como desfez o truque:

[...] antes de vocês trazerem a banana aqui dentro, eu já tinha escrito, em fins detalhes, exatamente qual a impressão física que um objeto amarelo ou azul (ou verde, etc) teria em meu sistema nervoso. Então, eu sabia exatamente quais pensamentos eu teria (DENNETT, 1991, p.399-400).

Mary, por ter todas as informações físicas possíveis sobre a visão humana, seria capaz de identificar o azul e, como sabia que bananas são amarelas, descobrir a farsa. Dennett (1991, p.400) reconhece que o problema a ser enfrentado por Mary seria identificar as cores que estava vendo com os efeitos neurofisiológicos em seu cérebro, “de dentro” (*from the inside*). Contudo, ele afirma que poderíamos imaginar como Mary resolveria este problema:

[...] entendendo os modos complicados em que ela seria capaz de informar que alguma cor, qualquer que seja ela, não é amarela, ou não é vermelha. Como? Notando alguma reação proeminente e específica

que seu cérebro teria somente para o amarelo ou somente para o vermelho. (DENNETT, 1991, p. 400-401).

Em outras palavras, Dennett defende que não é difícil imaginar que Mary, utilizando todo o seu vasto conhecimento físico, note que a banana foi pintada de azul por reconhecer que, quando está vendo a banana azul, têm as mesmas reações que um objeto azul causaria em seu cérebro.

Embora Dennett não deixe claro como Mary, “a partir de dentro”, poderia identificar os efeitos neurofisiológicos que o azul teria em seu cérebro, podemos contornar esta dificuldade, supondo que Mary utilize uma espécie de *scanner* cerebral, por meio do qual, quando ela visse a banana azul, pudesse identificar a reação do azul em seu cérebro com a cor que estava vendo. Assim, não é preciso recorrer à informação fenomênica postulada por Jackson, uma vez que ela já sabia o que esperar da sua experiência de cor.

O final alternativo proposto por Dennett ao experimento de Mary evidencia sua aposta no fisicalismo, uma vez que ele supõe, mas não demonstra que Mary não aprende nada com a sua experiência de ver o vermelho. Desse modo, um antimaterialista poderia defender que:

[...] Mary poderia ser capaz de antecipar e identificar os efeitos das cores sobre seu sistema nervoso sem ser capaz de antecipar as propriedades fenomênicas de sua experiência das cores (SUAREZ, 2007, p.374).

O que parece estar em jogo no argumento de Jackson não é somente se Mary pode diferenciar o azul do amarelo e identificá-las utilizando algum *scanner*. Mesmo que Mary possa identificar a cor que está vendo por meio de algum equipamento, isto não impede que Mary tenha um ganho epistêmico, tendo em vista que, continua plausível defender que a experiência de ver o vermelho é essencial para que Mary saiba o que as pessoas que já viram a cor vermelha sabem.

Nesse sentido, casos de pessoas com acromatopsia congênita reforçam a tese de que a experiência é essencial para sabermos como é uma cor. O neurologista Oliver Sacks (1995) afirma que pessoas com acromatopsia podem aprender a identificar as cores com tonalidades de cinza. Este é o caso do neurocientista especialista em visão humana Knut Nordby (1996), que afirma que vê o mundo em preto, branco e cinza. Aquilo que nós chamamos de vermelho, ele vê como cinza muito escuro, quase preto,

mesmo sob uma luz forte. O seu depoimento⁷ converge com a intuição de Jackson, ou seja, Nordby relata que todo seu conhecimento teórico sobre as cores é ineficaz para que ele saiba como são as cores.

Em resumo, Dennett não demonstra que a verdade da premissa (1) implica na falsidade da premissa (2). Uma vez concedido que Mary pode aprender algo com a experiência, não é necessário imaginarmos todas as informações físicas para que as premissas (1) e (2) sejam verdadeiras simultaneamente. Basta concebermos que o tipo de informação que Mary adquire com seus estudos não é suficiente para explicar o que Mary aprende com a experiência de ver o vermelho. Se a hipótese de Dennett não veta tal possibilidade, não afeta a conclusão defendida por Jackson em seu argumento.

Uma resposta menos radical ao argumento do conhecimento foi oferecida por David Lewis em seu artigo *O que a experiência ensina*⁸. Neste, Lewis defende que Mary, ao ver pela primeira vez o vermelho de um tomate maduro, não adquire um conhecimento fundamentalmente novo, mas uma habilidade, ou seja, Lewis nega que Mary adquire conhecimento proposicional, isto é, conhecimento de fato. Vejamos como Lewis se contrapõe à conclusão antimaterialista de Jackson.

Inicialmente, Lewis coloca em discussão a hipótese da informação fenomênica – ou *qualia* – defendida por Jackson:

O que poderia ser matéria da informação fenomênica? Se a hipótese da informação fenomênica é verdadeira, então temos uma resposta fácil: é informação sobre a experiência. Mais especificamente, é informação sobre certa parte, aspecto ou traço da experiência. Entretanto, se a hipótese é falsa, ainda existe experiência [...] e ainda nenhuma informação sobre a experiência é informação fenomênica (LEWIS, 2002, p.285).

Em outras palavras, é certo que a experiência existe, mas não é certo que ao experienciar o vermelho, Mary adquira um tipo de conhecimento fundamentalmente distinto das informações que sabe, ou seja, que exista um tipo de informação irreduzível às informações físicas. Desse modo, Jackson “não pode dizer em termos neutros, sem pressupor sua hipótese, que a informação sobre a experiência é informação fenomênica (LEWIS, 2002, p.285).”

⁷ “Embora eu tenha adquirido um minucioso conhecimento teórico da física das cores e da fisiologia dos mecanismos receptores da cor, nada nisto pode me ajudar a entender a verdadeira natureza das cores. Da história da arte eu aprendi os significados atribuídos às cores e como as cores foram utilizadas ao longo do tempo, mas isto não me dá um entendimento do caráter essencial ou da qualidade das cores (NORDBY, 1996).”

⁸ Publicado originalmente em *Proceedings of the Russellian Society (University of Sydney)* em 1988 com o título *What Experience Teaches*.

O próximo passo de Lewis é refutar a hipótese de Jackson. Para tanto, ele vai propor uma alternativa sobre o que Mary aprende com a sua experiência de ver o vermelho: a hipótese da habilidade. Sobre a habilidade, Lewis, citando Nemirow, afirma:

Algumas formas de entendimento não constituem na compreensão de fatos, senão na aquisição de habilidades. Sobre o entendimento de uma experiência, podemos interpretá-la como uma habilidade de colocar-se, à vontade, em um estado representativo dessa experiência. Entendo a experiência de ver o vermelho se sou capaz de visualizar o vermelho a vontade. Agora, é perfeitamente claro porque deve haver uma conexão especial entre a habilidade de colocar-se em um estado representativo de uma dada experiência e o ponto de vista de quem a experiencia: exercer esta habilidade é exatamente o que chamamos assumir o ponto de vista do experienciador. Nós podemos, então, chegar a um acordo com a subjetividade de nosso entendimento sem postular *fatos subjetivos* como objetos de nosso entendimento (LEWIS apud NEMIROW, 2002, p.292, grifos nossos).

Em outras palavras, Lewis defende que a experiência não acarreta consequências não físicas, de modo que podemos interpretá-la como a aquisição de uma habilidade que alguém tem em se colocar, quando quiser, em um ponto de vista de primeira pessoa. Quando Mary vê o vermelho de um tomate maduro pela primeira vez, ela não adquire conhecimento proposicional, mas uma capacidade cognitiva. Desse modo, não precisamos postular fatos subjetivos. Assim:

A hipótese da habilidade afirma que saber como é uma experiência é simplesmente a posse das habilidades de recordar, imaginar e reconhecer. Não é a posse de qualquer tipo de informação, ordinária ou peculiar. [...] Não é um *saber que* [*knowing-that*]. É um *saber como* [*knowing-how*] (LEWIS, 2002, p.293, grifos nossos).

Exemplificando, vamos supor que estamos num restaurante e na comida que escolhemos existe um ingrediente que nunca provamos, por exemplo, coentro. Não podemos adquirir as habilidades de recordar, imaginar e reconhecer o coentro, a não ser que provemos o coentro. Do mesmo modo, quando Mary vê pela primeira vez o vermelho de um tomate, não adquire um conhecimento proposicional, isto é, um “saber que”, porém, adquire uma habilidade, um “saber como” recordar, imaginar e reconhecer o vermelho.

Lewis (2002, p.293) observa que alguns aspectos da habilidade são uma questão de informação, como, por exemplo, abrir o cofre de um banco. Outros aspectos não consistem somente na posse de informações, e isto é o que falta a Mary. Desse modo,

ter conhecimento proposicional ou informação não garante que alguém tenha certas habilidades.

Em resumo, a hipótese da habilidade de Lewis faz uma distinção entre o “saber que” e o “saber como”. O primeiro envolve conhecimento proposicional, isto é, diz respeito à como as coisas são, e o último envolve habilidades, que seria o caso de Mary e, conseqüentemente, a conclusão defendida por Jackson em seu argumento não procede.

Lewis tem razão quando afirma que o argumento do conhecimento não oferece uma resposta que demonstre de modo conclusivo que o que Mary aprende com a experiência é conhecimento fenomênico. Contudo, de modo algum isto invalida ou bloqueia a conclusão defendida por Jackson em seu argumento, tendo em vista que as premissas são bastante plausíveis e, conseqüentemente, a conclusão é coerente.

Em relação à hipótese da habilidade, segundo Jackson (2007, p.138), podemos afirmar que o que Mary adquire com a experiência de ver o vermelho pela primeira vez é o que uma pessoa adquire quando aprende a andar de bicicleta, isto é, habilidades. Alguém que saiba todos os fatos físicos sobre o andar de bicicleta, não sabe andar de bicicleta, na medida em que lhe faltam habilidades que só podem ser aprendidas com a experiência. De modo análogo, Mary conhece todos os fatos físicos sobre a visão humana, e o que Mary aprende com a experiência não é conhecimento de fato, mas habilidades.

Jackson (1986, 2007) concorda que Mary adquire habilidades com a experiência de ver o vermelho, isto é, ela adquire um “saber como” (*knowing-how*) recordar, imaginar e reconhecer como é a cor vermelha. Entretanto, parece que ela aprende algo mais do que alguém que aprende a andar de bicicleta:

[...] certamente parece que ela aprende alguma coisa mais: alguns *fatos* sobre a natureza da experiência. Considerando tudo que ela sabia antes, a experiência das coisas vermelhas poderia ser como isto, ou poderia ser como aquilo, ou poderia não ter sido como nenhuma outra coisa. Mas agora ela sabe que é como *isto*. Ela limitou o espaço das possibilidades epistêmicas. (CHALMERS, 1996, p.145, grifos do autor)

Em outras palavras, quando Mary vê o vermelho pela primeira vez, descarta diversas hipóteses de como seria ver o vermelho, uma vez que sua experiência de cor limitou as possibilidades epistêmicas, ou seja, agora ela sabe como é ver o vermelho, que o vermelho é como *isto* e não aquilo. Alguém que sabe todas as informações físicas

sobre bicicletas, adquire habilidades ao andar de bicicleta, entretanto, defende Chalmers (1996, p.145) Mary aprende algo mais com sua experiência, algo distinto de habilidades, ela adquire conhecimento.

Segundo Gertler (2005), um dos problemas com a hipótese da habilidade é especificar uma habilidade que Mary ganha no *momento* em que experiencia o vermelho. Ela defende que no instante em que Mary sabe como é o vermelho, ela ainda não tem nenhuma habilidade, por exemplo, de lembrar-se do vermelho. Assim, é problemático identificarmos o “saber como é ver o vermelho” com uma capacidade recognitiva. Desse modo:

[...] parece plausível que Mary seja capaz de reconhecer uma experiência de ver o vermelho *porque* ela sabe como é [*what it is like*] o vermelho, onde *porque* é utilizado em um sentido explicativo. Se saber como é [*what it is like*] explica uma habilidade recognitiva, então ela não se reduz a habilidade (GERTLER, 2005, grifos do autor).

Em outras palavras, Mary precisaria saber antecipadamente como é o vermelho para que adquirisse a habilidade de reconhecer o vermelho. Considerando que as habilidades dependem do “saber como é o vermelho”, não podemos reduzir ou explicar esse saber em termos daquelas. Assim, podemos defender que Mary aprende um conhecimento novo acerca de como o mundo é ao ver o vermelho pela primeira vez. Isto não é um “saber como”, é um “saber que”.

Desse modo, embora a hipótese da habilidade de Lewis esteja certa em afirmar que Mary adquire habilidades com a sua experiência, ela não esclarece se isto é tudo que Mary aprende, dando margem às respostas que vimos. Assim, podemos defender que tal hipótese falha ao explicar o que Mary aprende com a experiência.

A última objeção ao argumento do conhecimento que analisaremos neste artigo enquadra-se na estratégia de respostas que ficou conhecida como materialismo *a posteriori*. De forma geral, os defensores desta linha de argumentação aceitam que Mary adquire conhecimento ao ver o vermelho, mas este conhecimento corresponde a um fato velho, ou seja, ela conhece um fato físico sob um novo modo de apresentação. Desse modo, eles aceitam a existência de um hiato epistêmico, mas negam o hiato metafísico defendido por Jackson.

O tipo de materialismo *a posteriori* que analisaremos a seguir pode ser creditado a diversos filósofos, entre eles, Paul Churchland⁹ (1985) e Michael Tye¹⁰ (1986). Estes filósofos defenderam que não é lícito aplicar a lei de Leibniz ao argumento do conhecimento, na medida em que esse envolveria um contexto intensional, analogamente ao que envolve enunciados do tipo “este líquido é água” e “este líquido é H₂O”. Podemos reconstruir esta crítica como segue.

O contexto intensional envolvido em enunciados do tipo exposto acima, conforme postulado por Kripke¹¹, não pode ser desfeito *a priori*, ou seja, não podemos deduzir *a priori* que estes enunciados expressam o mesmo fato. Desse modo, “água=H₂O” é um exemplo de verdade necessária que não é *a priori*, tendo em vista que nós somente concluímos isto mediante procedimentos empíricos. Posso saber que a água é um líquido incolor, inodoro e insípido que preenche os oceanos e que cai do céu quando chove, sem saber que é H₂O. Não existe nenhuma conexão necessária *a priori* entre o pensamento do que é a água e o pensamento do que é H₂O. Assim, a expressão “se isto é água, isto é H₂O” é logicamente contingente, mas metafisicamente¹² necessária.

Do mesmo modo que estabelecemos *a posteriori* a identidade entre água e H₂O, foi defendido que Mary só poderia estabelecer a identidade entre o conhecimento fenomênico do vermelho e o conhecimento físico do vermelho, posteriormente à sua saída do quarto. Em outras palavras, Mary poderia saber todas as informações físicas a respeito da visão das cores, porém, enquanto estivesse trancada no seu quarto não seria capaz de deduzir as informações fenomênicas das informações físicas, por depender da experiência de ver o vermelho.

Desse modo, Mary, ao sair do quarto e ver o vermelho pela primeira vez, aprende um conhecimento novo, mas não um fato novo sobre o mundo. Na medida em que Mary estabelece *a posteriori* a identidade entre o físico e o fenomênico, ela descobre que o modo de apresentação fenomênico do vermelho corresponde a um fato velho, ou seja, corresponde a um fato que ela, por ter todas as informações físicas, já

⁹ Churchland (1985, p.20) recorreu à diferença intensional entre o conhecimento da temperatura e o conhecimento da energia cinética para criticar argumentos antimaterialistas.

¹⁰ Tye (1986, p.12) propõe um paralelo entre “água-H₂O”, e “R-propriedades físico-químicas”, onde “R” seria a propriedade fenomênica que um sujeito, Smith, atribuiria à sua experiência visual.

¹¹ Contrariamente à afirmação de que todas as verdades conceituais eram verdades conhecidas *a priori*, Kripke, em *Naming and Necessity*, argumentou que existe uma classe de enunciados necessariamente verdadeiros, mas que sua verdade era cognoscível *a posteriori*, isto é, dependia de descobertas empíricas.

¹² Neste contexto, água e H₂O seriam designadores rígidos e selecionariam o mesmo tipo de substância em todos os mundos possíveis.

conhecia quando ainda estava presa. Como ambos os conhecimentos se referem a um mesmo fato, não existe nenhum fato novo sobre o vermelho que Mary aprende com a experiência e, portanto, o hiato metafísico defendido por Jackson não se sustenta.

A objeção que vimos afirma que a relação que existe entre o fenomênico e o físico seria o tipo de relação que existe entre água e H₂O, porém, este paralelo parece não se sustentar. Alguém que concebe a água como algo úmido, que preenche os oceanos, está concebendo-a sob um modo contingente de apresentação, uma vez que para que alguma coisa seja água, tudo que se requer é que seja H₂O. Entretanto, quando Mary vê o vermelho pela primeira vez, podemos defender que não existe nenhuma contingência no modo como Mary o concebe, na medida em que parece que ela concebe “como é ver o vermelho” *diretamente*. Em outras palavras, esta resposta defende que a nova concepção do vermelho que Mary adquire com a experiência não é mediada por um modo contingente de apresentação de uma propriedade física.

Para tornar mais clara esta resposta, façamos um paralelo com o caso da dor. Kripke (1981) argumentou, contra os teóricos da identidade, que não seria correto identificar a dor com o estímulo das fibras-C, uma vez que tal explicação não capturaria a sua essência. Em outras palavras, diferentemente da água, onde H₂O é a sua natureza escondida, Kripke defendeu que as fibras-C estimuladas não são a natureza escondida da dor, na medida em que a sua natureza parece se mostrar na sensação de dor, isto é, na experiência. Nesse sentido, Kripke afirma que a dor “não é selecionada por uma das suas propriedades acidentais; antes ela é selecionada pela propriedade de ser a própria dor, pelas suas qualidades fenomênicas imediatas (KRIPKE, 1981, p.152).”

Desse modo, podemos argumentar que para que alguém saiba o que é uma dor, tem que ter a experiência de sentir dor, ou seja, a natureza essencial da dor parece ser apreendida somente pelo sujeito que a experiencia. Analogamente, a afirmação de Jackson de que a experiência de ver o vermelho é essencial para que alguém saiba “como é ver o vermelho” parece ser correta. Em outras palavras, ao ter a experiência de ver o vermelho, Mary concebe imediatamente “como é o ver o vermelho”, ou seja, ela seleciona uma propriedade diretamente, e não sob um modo contingente de apresentação. Assim, a analogia do tipo água-H₂O para explicar o que Mary aprende com a experiência não é adequada, na medida em que podemos sustentar que Mary aprende um novo fato sobre o mundo ao ver o vermelho pela primeira vez.

Outra forma de responder ao materialismo *a posteriori* que utiliza analogias do tipo água-H₂O para responder ao argumento de Jackson foi apresentada por Chalmers (1996). Segundo ele:

Sempre que alguém conhece um fato sob um modo de apresentação, mas não sob outro, existirá um fato *diferente* de que ele não tem conhecimento - um fato que conecta os dois modos de apresentação (CHALMERS, 1996, p.141, grifo do autor).

Exemplificando, se sabemos que o Superman é alguém que pode voar, mas não sabemos que Clark Kent pode voar é porque desconhecemos o fato que existe um repórter do Planeta Diário que usa uma capa vermelha e pode voar. De modo análogo, se alguém sabe que a água é úmida, ocupa os oceanos e que cai do céu quando chove, mas não sabe que H₂O preenche este papel, é porque desconhece o fato que o líquido úmido que preenche os oceanos é formado por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio. Assim, existe um fato que conecta o modo de apresentação “úmido” da água e o modo de apresentação “molecular” da água.

Em relação ao caso de Mary, o mesmo tem que ocorrer, ou seja, assumindo que Mary conhece um fato velho sob um novo modo de apresentação, ainda assim, “deve haver algum fato verdadeiramente novo do qual ela obtenha conhecimento. Em especial, ela deve vir a conhecer um novo fato que *envolve* este modo de apresentação (CHALMERS, 1996, p.142, grifo do autor).”

Em outras palavras, existe um fato novo que conecta o modo de apresentação fenomênico do vermelho com o modo de apresentação físico do vermelho, ou seja, Mary, posteriormente à sua saída, passa a conhecer o fato que o novo modo de apresentação do vermelho pode ser associado à informações físicas que sabia, por exemplo, a um determinado comprimento de onda. Desse modo, se Mary conhecia todos os fatos físicos a respeito da visão humana quando ainda estava trancada em seu quarto, mas conhece um novo fato ao sair, os fatos físicos não esgotam todos os fatos que existem e, portanto, devem existir fatos não físicos.

4. Conclusão

Por meio do argumento do conhecimento, Jackson defende que o que Mary aprende quando vê o vermelho pela primeira vez não pode ser deduzido de nenhuma informação física, ou seja, existem informações fenomênicas. Submetemos então este

argumento às críticas de Dennett, de Lewis e dos materialistas *a posteriori* do tipo água-H₂O. A crítica de Dennett não demonstra que a premissa (1) implica na falsidade da premissa (2) e, portanto, podemos sustentar que Mary aprende algo com a sua experiência de cor. A hipótese da habilidade de Lewis não deixa claro se “habilidades” são tudo o que Mary aprende, na medida em que, como vimos, é plausível defender que Mary adquire também conhecimento quando vê o vermelho. O materialismo *a posteriori* que afirma que a relação entre conhecimento fenomênico e conhecimento físico seria análoga à relação entre a água e H₂O mostrou-se inadequado. Mary parece conceber *diretamente* “como é ver o vermelho”, ou seja, não existe nenhuma contingência no modo como Mary concebe o vermelho. Desse modo, ela aprende um novo fato sobre o mundo quando tem a experiência de ver o vermelho e, conseqüentemente, deve haver fatos não físicos. Estas críticas tentaram eliminar a conclusão defendida por Jackson em seu experimento mental de Mary, entretanto, à medida que elas não explicam adequadamente o que Mary aprende com a experiência, permitem que o antimaterialista defenda que ela tenha um ganho epistêmico em termos de informações fenomênicas.

Referências

- ABRANTES, P. Thomas Nagel e os limites de um reducionismo fisicalista. In: *Cadernos de História e Filosofia das Ciências*. Campinas, v.15, p.223-244, 2005.
- ALTER, T. The Knowledge Argument. In: VELMANS, M; SCHNEIDER, S. (ed.) *The Blackwell Companion to Consciousness*, 2007.
- BROAD, C.D. *The Mind and its Place in Nature*. New York: Harcourt, Brace & Company, 1925.
- CHALMERS, D.J. *The Conscious Mind*. New York: Oxford University Press, 1996.
- CHURCHLAND, P.M. Reduction, Qualia, and the Direct Introspection of Brain States. In: *Journal of Philosophy*, v.82, p. 08-28, 1985.
- DENNETT, D.C. *The Consciousness Explained*. New York: Back Bay Books, 1991.
- GERTLER, B. The Knowledge Argument. In: BORCHERT, D. (ed.) *The Encyclopedia of Philosophy*. New York: Macmillan, 2005. Também disponível em: <<http://consc.net/online/1.3a>>
- JACKSON, F. Epiphenomenal Qualia. In: *Philosophical Quarterly*, v.32, p.127-136, 1982
- _____. What Mary didn't know. In: *Journal of Philosophy*, v.83, no.5, p.291-295, 1986.
- KIM, J. *Philosophy of Mind*. Cambridge: Westview press, 2006.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Oxford: ed. Blackwell Publishing, 1981.
- LEWIS, D. What Experience Teaches. In: CHALMERS, D. (org.) *Philosophy of mind: Classical and Contemporary Readings*. New York: ed. Oxford University Press, p.281-294, 2002.

- MITCHEL, D.B; JACKSON, F. *Philosophy of Mind and Cognition*. Oxford: Blackwell Publishing, 2ed, 2007.
- NAGEL, T. What is it like to be a Bat? In: CHALMERS, D. (org.) *Philosophy of mind: Classical and Contemporary Readings*. New York: ed. Oxford University Press, p.219-226, 2002.
- NORDBY, K. *Vision in a Complete Achromat: a Personal Account*, 1990. Disponível em: <<http://consc.net/misc/achromat.html>>
- SACKS, O. *Um antropólogo em Marte*. Trad: Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SUAREZ, A.G. Qualia: Propiedades Fenomenológicas. In: BRONCANO, F. (ed.) *La Mente Humana*. Madrid: editorial Trotta, 2007.
- TYE, M. Subjectives Qualities of Experience. In: *Mind*, v. 95, p.01-17, 1986.